



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



SINGULAR E COLETIVO: REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Paulo Roberto de Santana (Autor)[i]

Calene Manuela dos Santos (Co-Autor)[ii]

Jailton de Souza Lira (Co-Autor)[iii]

EIXO 11: Educação, Sociedade e Práticas Educativas.

RESUMO

Este artigo objetiva discutir a importância do desenvolvimento da singularidade dos sujeitos históricos a partir de uma relação dialética de fortalecimento do coletivo em um contexto de um sistema educacional democrático e de respeito às diferenças. O texto reflete as aparentes contradições entre o individual e o geral. O artigo toma como referência os estudos teóricos de Paulo Freire (1989, 1996, 2001), István Mészáros (2002, 2008, 2009), Torres (2003), Konder (1998), Hermida (2006), dentre outros. É um texto de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo. O artigo analisa a relação singular-coletivo no modelo societário influenciado pelo sistema capitalista. A conclusão sugere uma sistematização das argumentações desenvolvidas.

PALAVRAS- CHAVE: Singularidade- Coletivo - Dialética

ABSTRACT:

This article discusses the importance of developing the uniqueness of historical subjects from a dialectical relationship to strengthen the collective in the context of an educational system of democracy and respect for differences. The text reflects the apparent contradictions between the individual and the general. The article takes as reference the theoretical studies of Paulo Freire (1989, 1996, 2001), István Mészáros (2002, 2008, 2009), Torres (2003), Konder (1998), Hermida (2006), among others. It is a text of literature review, qualitative. The article examines the unique relationship-the collective corporate model influenced by the capitalist system. The conclusion suggests a classification of the arguments developed.

KEYWORDS: Singularity-Collective - Dialectic

"A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a

virar quase natural". Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada" (Paulo Freire, 1996).

1. INTRODUÇÃO

Os atuais sistemas educacionais tem concedido bastante ênfase no desenvolvimento das capacidades individuais com o objetivo de preparação adequada dos seus educandos para o mercado de trabalho, amesquinhando as possibilidades criativas da própria educação enquanto processo de formação humana aos interesses capitalistas. O individual precisa ser fortalecido enquanto condição de funcionamento eficaz das leis deste mercado, pois a filosofia central sugere que o êxito individual significará o êxito do geral (GIRON, 2008).

A ideia de uma educação direcionada à formação dos sujeitos históricos e incentivadora do desenvolvimento das potencialidades humanas de modo mais amplo possível como sustenta Mézáros (2002, 2008, 2009) e Freire (1989, 1996, 2001), aparentemente confronta-se com uma educação de caráter democrático e de respeito à pluralidade. Como viabilizar uma proposta educacional que equacione satisfatoriamente o subjetivo e o coletivo Até que ponto o incentivo à formação individual não obstaculiza o diálogo Como a educação construída a partir da valorização das diferenças e fundamentada na solidariedade humana possibilita a afirmação dos indivíduos históricos Ou será que estamos tratando de uma contradição inexistente

O debate acerca do desenvolvimento individual que não desconsidera e nem desvaloriza a coletividade é um dos principais aspectos que precisa ser problematizado, não para definir uma opção por um ou outro sentido, mas para examinar a possível conexão entre as duas perspectivas. Trata-se de uma educação voltada para momentos distintos, correlacionados ou opostos É uma proposta utópica, factível ou condicionada É o que passará a ser tratado a seguir.

1. O ATUAL CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

É fundamental examinar em que condições o sistema educacional brasileiro elabora e executa suas propostas políticas e pedagógicas no momento presente. Para muitos estudiosos (BERTOLDO, 2009; HERMIDA, 2006; SOARES, 2002; SANTOS NETO, 2012; TONET, 2005) existem razões suficientes para afirmar que a educação no país é limitada pelos acordos e tratados internacionais amparada em parâmetros neoliberais.

As modificações ocorridas no sistema educacional mantém certa coerência administrativa, existindo uma clara continuidade institucional comparando-se as gestões Fernando Henrique Cardoso (1995-1999; 1999-2003) e Lula da Silva (2003-2007; 2007-2011) conforme analisa Hermida (2006). Estas considerações incluem a gestão Dilma Rousseff (2011), na medida em que o Ministério da Educação (MEC) mantém os eixos fundamentais de funcionamento do governo anterior através dos exames de certificação (em termos de avaliação), de favorecimento das instituições privadas (com as isenções fiscais e concessões de bolsas de estudo aos institutos superiores) e contenções orçamentárias (além da limitada expansão dos gastos públicos).

A educação brasileira está distante de ser considerada um instrumento de emancipação humana porque está direcionada aos mesmos objetivos de formação para o mercado de trabalho dos países desenvolvidos e inspirados em preceitos neoliberais, como discute Torres (2003).

De acordo com Soares (2002), o neoliberalismo propõe que reformas na área trabalhista sejam feitas para facilitação do fluxo de capitais, além da abertura das empresas e produtos dos países à concorrência

internacional, da desregulamentação dos investimentos estrangeiros e do fim dos monopólios. Para Machado e Assunção (2002), foram utilizados diversos mecanismos de pressão para efetivação destas reformas (a exemplo dos órgãos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização Mundial do Comércio, além das empresas multinacionais). Na opinião de Leher (1998), estes organismos tiveram um papel determinante na orientação das políticas educacionais dos países submetidos ao ideário neoliberal

Os rumos dados pelas reformas são aconselhados e apoiados por organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa última, de caráter governamental, tem objetivos fundamentalmente econômicos e dedica-se aos interesses dos países membros, que pertencem a categoria de ricos. Como organismos atuantes em amplo aspecto- econômico, financeiro, cultural e ideológico-, as avaliações e recomendações emanadas de seus relatórios revestem-se de um poder incomensurável para países como os da América Latina, imersos em enormes dívidas externas e, cada vez mais, dependentes do capital internacional na estabilização de suas economias nacionais (AMARAL, 2003; p.55).

Já a respeito da conceituação do Estado no neoliberalismo, assim se manifesta Nascimento (1997)

O Estado neoliberal, ao contrário do Estado social-liberal é, ao mesmo tempo, centralizado e descentralizado, sua função é limitada à intervenção, tem por papel induzir mudanças, estabelecer parcerias e coordenar iniciativas. É centralizado no que se refere à definição de um currículo mínimo e de um sistema unificado de avaliação; é descentralizado no que diz respeito às diferenças sociais, às desigualdades, e às necessidades específicas de cada região. Em suma, o Estado neoliberal coloca o indivíduo no centro da filosofia social e defende a propriedade privada como sendo direito fundamental do homem. Ao Estado cabe a função regulatória, no sentido de reduzir incertezas e assimetrias de informações e de garantir a produção eficiente e de qualidade (p. 63).

A perspectiva de um sistema educacional diferente, entretanto, precisa lidar com o dilema (real ou aparente) proposto neste artigo: como associar de maneira positiva o desenvolvimento integral do ser humano com o cultivo de uma sociedade solidária Para tentar encontrar uma resposta para esta questão, além da caracterização do tipo de educação que é oferecida a todos, é fundamental buscar meios de superação dos constrangimentos ideológicos e institucionais colocados pelo neoliberalismo.

Mas como acentua Bertoldo (2009) e Tonet (2012) respaldados em Mészáros (2008), é ingenuidade acreditar que modificações superficiais no funcionamento administrativo das instituições ou um gerenciamento mais competente do aparelho estatal seriam suficientes para alterar o perfil do Estado capitalista. Isto porque os fundamentos estruturais do sistema estariam mantidos sem uma correspondente ação política mais radical de eliminação e substituição do sistema de mercado.

Nesse sentido, as possibilidades concretas de existência humana não estão limitadas pela falência parcial da alternativa societária socialista, pois se constata de igual modo que o capitalismo, embora hegemônico, não apresenta sinais de vitalidade ilimitada, a julgar pelas crises verificadas recentemente. As ações dos sujeitos históricos não têm como ser pré-determinadas e é nisso em que reside a certeza das possíveis modificações e superação da atual etapa civilizatória, que beneficia apenas uma minoria da população.

Esta esperança nas possibilidades da ação humana é comentada por Freire (1996)

Gosto de ser homem, de ser gente, porque não está dado como certo, inequívoco, irrevogável que sou ou serei decente, que testemunharei sempre gestos puros, que sou e que serei justo, que respeitarei os outros, que não mentirei escondendo o seu valor porque a inveja de sua presença no mundo me incomoda e me enraivece. Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu "destino" não é um dado mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade (p. 22).

1. A IMPORTANCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

Uma importante iniciativa adotada por alguns países, inclusive o Brasil, é a regulamentação da participação da comunidade escolar, através dos mecanismos de gestão democrática, dispositivo presente no ordenamento jurídico brasileiro. As instâncias de deliberação e gestão escolar, quando em efetivo funcionamento, criam oportunidades de aprendizado e amadurecimento da coletividade, bem como ajudam no entendimento mútuo e no encaminhamento dos conflitos, compartilhando experiências e dividindo responsabilidades.

Alguns exemplos de gestão democrática, no entanto, incorrem em graves equívocos quando entendem que a democratização da gestão escolar abrange apenas o aspecto administrativo e financeiro, desvinculado dos aspectos pedagógicos e curriculares. Assim também é um erro não considerar que até mesmo os momentos de atuação no universo da gestão escolar mantém alguma relação com as ações de caráter pedagógico. Na verdade, ambos os espaços de participação precisam estar relacionados, compreendidos como momentos simultâneos e não excludentes.

Por isso, a democratização do espaço escolar precisa ser compreendida de forma mais ampla, como uma importante alternativa de resignificação das relações internas, pondo fim às relações verticalizadas existentes entre os profissionais da educação e a comunidade, criando um ambiente plural de convivência entre as escolas e a comunidade na qual está inserida.

Em termos macro, esta democratização também precisa ser exercida nas relações entre as unidades escolares e os órgãos de manutenção das redes de ensino, caso pretenda-se romper com a tímida descentralização decisória atual. Ampliar os espaços de participação nas escolas sem a alteração das relações autoritárias e burocratizadas das secretarias de educação dos Estados e Municípios, como também do MEC, muitas vezes usadas como fonte de negociações e barganhas eleitoreiras, é mudar as aparências sem tocar no essencial.

Mas é forçoso reconhecer que estas ações têm limitações bastante evidentes por estarem situadas na esfera da gestão administrativa e da manutenção do *modus operandi* do capital. Para alguns autores, esta opção é encarada com descrença, como acentua Tonet (2007)

Trabalhar para formar cidadãos é trabalhar para formar pessoas dessa sociedade regida pelo capital, se conformem com ela e se limitem a melhorá-la. Trabalhar pela emancipação humana é conectar nossa atividade com a perspectiva da

No entanto, o ponto de vista adotado neste artigo partilha da convicção de que mesmo ações limitadas pela hegemonia neoliberal devem ser acionadas, sob pena de uma acomodação à situação atual e que a ação dos indivíduos oferecem concreta e historicamente a permanente procura das brechas e saídas para o novo (SOUZA, 1984; VIEIRA, 2008;) e que só assim será possível visualizar caminhos diferentes.

1. SINGULAR E COLETIVO: OS ASPECTOS DESTA RELAÇÃO

A compatibilização dos interesses, motivações e potencialidades do individual/social, embora pareça contraditório, aproxima-se mais de uma relação dialética (2004), embora não seja isenta de conflitos. O que se pretende frisar é que parece perfeitamente possível desenvolver um sistema educacional dirigido ao desenvolvimento das potencialidades integrais dos sujeitos históricos ao mesmo tempo em que é crível o desenvolvimento das capacidades dos sujeitos no plano coletivo, uma vez que estas ações se complementam.

Uma educação que se pretenda mais abrangente, deve levar em conta que os indivíduos, no convívio social, estabelecendo relações com os demais indivíduos, influenciam e são influenciados pela conduta coletiva; nesse movimento, simultaneamente também são transformados em sua essência enquanto seres carregados de historicidade. A oposição entre indivíduo/coletivo não se sustenta analiticamente, pois a materialidades das ações sugere uma complementação indivisível entre os dois polos, embora se tenha naturalizado uma aparente oposição. Este antagonismo, ao que tudo indica, é bastante conveniente à camuflagem da realidade gerada pelos princípios ideológicos neoliberais.

As consequências da alienação provocada por tais concepções neoliberais são reveladas e denunciadas por diversos teóricos (FREIRE, 1989, 1996, 2001; KONDER, 2004; MÉZÁROS 2002, 2008, 2009; TONET, 2012; TORRES, 2003), que ao artificializar e dividir uma relação indivisível, não contribui no sentido da integralização das potencialidades humanas em um processo de totalização explicativa das condições materiais de existência.

No entanto, para pensar um sistema educacional que viabilize uma completude da relação sujeito/coletivo, como enfatizado antes, é necessária uma alteração significativa dos fundamentos estruturais do atual modelo de acumulação, condição essencial para que as concepções ideológicas também sejam mudadas

O contexto atual, no Brasil - e no mundo - é marcado pela abertura política e principalmente econômica. Crescem as corporações, as mega-fusões entre as indústrias nos mais variados setores em busca de "sobrevivência", pois, do contrário, o destino é a bancarrota. De modo paradoxal, algumas "fronteiras" caem diante de um mercado mundial que se expande, outras se reforçam. Progressivamente, os países estão perdendo a autonomia econômica e, junto com ela, sua autonomia política.

Essas transformações incidem tanto sobre a cultura como sobre a educação. Diante deste quadro não há como pensar a educação isolada do próprio contexto (macro) sócio-político e econômico. Esta questão já supõe duas faces da problemática na qual está envolvida a educação, aspectos que não se excluem, necessariamente, mas a colocam numa situação, no mínimo delicada: autonomia ou submissão em relação ao contexto. Em outras palavras, em que medida a educação é afetada por este contexto e em que medida ela possui autonomia

perante as transformações e oscilações políticas e sociais Identificar os desafios que esta realidade coloca para o trabalho educativo é uma tarefa que continua em aberto (SANTOS; ANDRIOLI [1990-]).

Por outro lado, este esforço de integração do indivíduo e o social não está apenas relacionado a uma dicotomia entre sujeitos. No plano cultural, as diferenças devem ser igualmente trabalhadas, caso almeje-se evitar hierarquizações e imposições de padrões civilizatórios das culturas mais fortes sob as culturas não hegemônicas. Nesse ponto, também existe uma oposição ilusória e de falso conflito

A superação do debate entre o universalismo e o relativismo cultural. O que se quer dizer com isso Afirmar que todas as culturas ou grupos culturais têm valores e ideias, elementos fundamentais que aspiram a comunicar a outros e universalizar, mas o universalismo é incorreto, enquanto uma única cultura predomine e queira se impor a todos. No outro polo está o relativismo cultural, que afirma que todas as culturas são relativas, nenhuma é absoluta, nenhuma é completa, mas é necessário propor diálogos interculturais sobre preocupações convergentes, ainda que expressas a partir de diversos universos culturais. Somente assim É necessário negar tanto o universalismo quanto o relativismo absolutos.

Todas as culturas possuem concepções da dignidade humana. Nem todos os grupos culturais conhecem ou usam a expressão direitos humanos, mas isso não quer dizer que não tenham uma ideia de dignidade humana, de vida digna, de querer uma vida melhor para os seus habitantes ou para seus integrantes. Temos de ter sensibilidade para descobrir em cada universo sociocultural essa ideia de dignidade humana que traduzimos como direitos humanos.

Todas as culturas são incompletas e problemáticas [...]. (CANDAL, 2008; p.49 e 49)

CONCLUSÃO

A modificação das relações internas do âmbito escolar com vistas a uma maior democratização, mesmo não ser uma solução para substancial, ensejaria uma maior participação da comunidade escolar, funcionando como um importante exercício de amadurecimento político dos atores envolvidos. Apenas uma escola que inclui e cria espaços de manifestação e diálogo aos diferentes elabora as condições de enriquecimento desta comunidade.

Tais ações e medidas precisam ser vistas como parte de uma estratégia global e gradual de exploração das oportunidades de ampliação das concepções de mundo e um de modelo educacional alternativo às opções em voga, orientadas pelo individualismo, pela busca do lucro, pela acumulação da riqueza por uma minoria em detrimento da maioria e pela negação dos direitos mais elementares.

Mas mesmo sendo uma medida fundamental, é evidente que é insuficiente para os objetivos de transformação educacional radical, se desvinculadas de transformações mais amplas. A relação educação/sociedade e sociedade/ estruturas matérias assumiu uma complexidade nas sociedades contemporâneas que exige esforços teóricos e práticos de igual envergadura, tarefas de gerações, porém factíveis a partir de uma concepção dinâmica e dialética do processo histórico.

No Brasil, embora as mudanças estejam igualmente condicionadas pela conjuntura política e econômica

em geral, observa-se através da militância cotidiana de inúmeras entidades e organismos ligados ao segmento educacional, que este embate é permanente e pleno de possibilidades.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:2005**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

_____. **NBR 6023:2002**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 10520:2002**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, nº 248, 1996.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, **Senado federal**, Centro Gráfico, 1988.

_____. Conferência Nacional de Educação. Caderno de Resoluções. Ministério da Educação. Brasília, 2010.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da Educação Superior: Estado X Mercado**. São Paulo e Piracicaba: Cortez e Unimep, 2003.

CANDAL, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Braziliense, 2004.

NASCIMENTO, Deise Nanci. **Da educação e o Projeto Neoliberal: direção da justiça social ou do reinado ilimitado do capital** In: Revista Educação v.1, n.1, p.61-79, Goiânia: UFG, 1997.

SANTOS NETO, Artur. **Novo movimento estudantil e as reitorias repressoras**. Disponível em <http://rebeldiasocialista.blogspot.com.br>. Acessado em 10 de julho de 2013.

SANTOS, Robinson; ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar**. Disponível em www.rioei.org/deloslectores/905Santos. Acessado em 02 de julho de 2013.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1984.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Em Defesa do Futuro**. Maceió: Edufal, 2005.

_____. **Um novo horizonte para a educação**. Disponível em <http://www.ivotonet.xpg.com.br>. Acessado em 05 de julho de 2013.

GIRON, Graziela Rosseto. **Políticas públicas, educação e neoliberalismo. O que isso tem haver com cidadania** Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 17-26, 2008.

BERTOLDO, Maria Edna de Lima. **Trabalho e educação no Brasil: dcentralidade do trabalho à centralidade da política**. Maceió: Edufal, 2009.

HERMIDA, Jorge Fernando. **A educação na era FHC: fundamentos filosóficos e políticos**. João Pessoa: Editora UFPB, 2006.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. In: Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas nº 03, jul-set, 1998. Disponível em http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_03.pdf

MACHADO, Zaira; ASSUNÇÃO, Jefferson. **O papel das Instituições Financeiras Multilaterais no processo de desenvolvimento**. Porto Alegre: Veraz, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2009.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TORRES Santomé, Jurjo. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Trad. Claudia Schillig. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 2008

[i] Graduado em Geografia/ UFAL

Especialista em Geo- História/ CESMAC

E-mail: Paulo.geo.28@hotmail.com

[ii] Graduanda em Letras/ IFAL

E-mail: Calene_souzal@hotmail.com

[iii] Graduado em História/ UFAL

Doutorando em Educação/ UFPB

E-mail: jailton_souzal@hotmail.com